

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



**A POLARIZAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS E OS
IMPACTOS NA ECONOMIA**

Aluno: Leandro Nogueira da Silva
Orientadora: Maria Fernanda Gatto

Recife
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Leandro Nogueira da .
A POLARIZAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA NAS ÚLTIMAS DUAS
DÉCADAS E OS IMPACTOS NA ECONOMIA / Leandro Nogueira da Silva. -
Recife, 2023.
29p. : il.

Orientador(a): Maria Fernanda Gatto
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Econômicas -
Bacharelado, 2023.

9.
Inclui referências, apêndices.

1. Economia Pública. 2. Polarização Política. 3. Política. I. Gatto, Maria
Fernanda . (Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A POLARIZAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS E OS
IMPACTOS NA ECONOMIA**

Leandro Nogueira da Silva

Monografia apresentada ao Departamento de Economia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a finalização do curso de Economia, sob a orientação da professora: Maria Fernanda Gatto

Recife
2023

Leandro Nogueira da Silva

**A POLARIZAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS E OS
IMPACTOS NA ECONOMIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a finalização do curso de Economia.

Aprovada em 02/10/2023

BANCA EXAMINADORA

DRA. MARIA FERNANDA GATTO

DRA. ANA MONTEIRO COSTA

Recife, PE
2023

RESUMO

O presente trabalho buscou evidenciar o progresso da economia brasileira ao longo das últimas duas décadas, focado nos anos 2000 até o ano de 2018, considerando o impacto da polarização política no país. Onde após superar crises e instabilidades anteriores, o Brasil apresentou sinais de recuperação no início dos anos 2000, impulsionado pela estabilização econômica alcançada com o Plano Real. Contribuindo assim para a integração do país em organizações internacionais, que abriram oportunidades de comércio e investimento. No entanto, desafios estruturais, como a persistente desigualdade social, a falta de investimentos em infraestrutura e a dependência de commodities, afetaram sua crescente. Nesse período, a polarização política se intensificou, gerando confrontos e profundas divisões entre grupos e ideologias, refletindo nas eleições presidenciais, por exemplo. Diante desse contexto, foram examinados os principais indicadores econômicos, as políticas públicas implementadas e seus impactos no crescimento e desenvolvimento do país. Com base nessas colocações, compreender a economia brasileira nesse período, juntamente com a análise da polarização política, é fundamental para compreender os desafios enfrentados pelo país. Dessa forma, o referido estudo buscou realizar contribuições acadêmicas em relação à economia e política, além de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis.

Palavras-chave: Economia Brasileira. Política Econômica. Polarização.

ABSTRACT

This paper sought to highlight the progress of the Brazilian economy over the last two decades, focusing on the years 2000 to 2018, considering the impact of political polarization in the country. After overcoming previous crises and instability, Brazil showed signs of recovery in the early 2000s, driven by the economic stabilization achieved with the Real Plan. This contributed to the country's integration into international organizations, which opened up trade and investment opportunities. However, structural challenges, such as persistent social inequality, lack of investment in infrastructure and dependence on commodities, affected its growth. During this period, political polarization intensified, generating confrontations and deep divisions between groups and ideologies, reflected in the presidential elections, for example. Against this backdrop, we examined the main economic indicators, the public policies implemented and their impact on the country's growth and development. Based on these observations, understanding the Brazilian economy during this period, together with an analysis of political polarization, is fundamental to understanding the challenges faced by the country. In this way, this study sought to make academic contributions in relation to economics and politics, as well as providing subsidies for the formulation of more effective and sustainable public policies.

Keywords: Brazilian Economy. Economic policy. Polarization.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO GOVERNAMENTAL NA ECONOMIA BRASILEIRA	6
2.1 A INFLUÊNCIA DA TEORIA KEYNESIANA	9
2.2 CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO DO PERÍODO	10
2.2.1 INFLUÊNCIAS DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL	11
2.3 DUALIDADE POLÍTICA E SOCIAL DAS VERTENTES POLÍTICAS BRASILEIRAS	12
3 DISCUSSÕES	18
3.1 PRINCIPAIS CRISES DO PERÍODO	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

A economia brasileira nas duas últimas décadas, entre 2000 e 2018, foi marcada por transformações significativas causadas pela polarização política, que marcou e influenciou sua trajetória. Durante esse período, o país enfrentou desafios e enxergou oportunidades que direcionaram mudanças relacionadas ao seu desenvolvimento econômico, social e político.

Inicialmente, no início da década de 2000, o país apresentou sinais de recuperação após uma série de crises e instabilidades nas décadas anteriores. A estabilização econômica conquistada com o Plano Real na década de 1990, permitiu a retomada do crescimento econômico, impulsionando setores como o agronegócio, a indústria e os serviços. Além disso, a entrada do Brasil em organizações internacionais, como o Mercosul e os BRICS, abriu novas oportunidades de comércio e investimentos.

No entanto, apesar dos avanços econômicos, o Brasil também enfrentou desafios estruturais que impactaram sua estabilidade e desenvolvimento. A desigualdade social persistente, a falta de investimentos em infraestrutura e a dependência de *commodities* foram alguns dos obstáculos enfrentados pelo país. Além disso, a polarização política se intensificou nesse período, com disputas acirradas entre diferentes grupos e ideologias. Deixando as eleições presidenciais marcadas por confrontos e divisões profundas, refletindo a polarização que se destacava na sociedade brasileira.

Com base nos pontos destacados acima, foi possível evidenciar neste trabalho a evolução da economia brasileira durante as décadas de 2000 e 2010, considerando a influência da polarização política nesse contexto. Além disso, foram investigados os principais indicadores econômicos, políticas públicas implementadas e os impactos desses fatores na trajetória de crescimento e desenvolvimento do país.

A compreensão da economia brasileira nas últimas décadas, aliada à análise da polarização política, é de suma importância para o entendimento sobre os desafios enfrentados pelo país neste período. Dessa forma, o referido trabalho busca contribuir com o meio acadêmico por meio de pesquisas sobre a relação entre a economia e a política, bem como oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficientes e sustentáveis. Além disso, a investigação dos efeitos da polarização

política na economia brasileira pode fornecer insights relevantes para a compreensão do atual contexto político-econômico do país.

O presente trabalho adotará uma metodologia de revisão bibliográfica, fundamentada na análise crítica de obras acadêmicas, artigos científicos e relatórios institucionais. Sendo esta, uma revisão dividida em três tópicos de destaque para exposição do tema abordado, tendo como foco na análise governamental da economia brasileira relacionando teorias de pensamento econômico e a dualidade política e social das vertentes políticas brasileiras.

2. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO GOVERNAMENTAL NA ECONOMIA BRASILEIRA

A análise de um recorte temporal acerca dos indicadores de um país, tendo foco no Brasil, determinam que sejam levados em conta os parâmetros de avaliação. E nesse sentido, Anna Maria Campos, há mais de quatro décadas expôs sua preocupação em relação à ausência do conceito e, conseqüentemente, de uma palavra que, no dicionário da língua portuguesa, possui significado de “Responsabilidade”. Na oportunidade, a estudiosa indicou que a possibilidade de tornar a administração pública brasileira responsável, estava diretamente relacionada às chances das seguintes ocorrências, as quais, como podem ser verificadas, guardam certa interdependência e estão diretamente relacionadas à democracia: a) organização dos cidadãos para exercer o controle político do governo; b) descentralização e transparência do aparato governamental; e c) substituição de valores tradicionais por valores sociais emergentes (CAMPOS, 1990:48).

Observa-se que desde então, que o cenário político brasileiro mudou substancialmente: uma nova Constituição Federal foi elaborada, a democracia se consolidou e reformas no aparelho do Estado foram empreendidas, com a promessa de tornar a administração pública mais eficiente e, inclusive, mais controlável. Paralelamente no meio acadêmico, uma imensa literatura tem sido produzida no intuito de analisar e compreender os impactos de tais mudanças no tecido social, bem como suas contribuições para viabilizar pelo menos uma aproximação do conteúdo do conceito da responsabilidade, com a realidade da administração pública brasileira. (PINHO; SARMENTO, 2009, p.1345).

Embora o impacto do comércio no desenvolvimento econômico tenha sido relatado na literatura existente, são descritos resultados insuficientes e inconsistentes entre o comércio associado à poluição e o desempenho ambiental. Usando os mínimos quadrados ordinários (OLS), método generalizado de momentos e quantis de painel via momentos, este estudo explorou o papel da integridade do governo no nexos comércio-ambiente na era pós-protocolo de Kyoto para 79 países entre 2008 e 2018. Os resultados empíricos sugerem que o PIB per capita e a integridade do governo melhoram o desempenho ambiental enquanto o comércio o impede.

O dilema político de comércio-ambiente atraiu recentemente inúmeras preocupações. Duas grandes vertentes da literatura que emanam dessas

preocupações. O primeiro grupo de estudos afirma que a abertura comercial reduz a poluição ambiental (SHIRAZI; MANAP, 2005; HYE et al., 2013). Esses estudos elaboram que o comércio aumenta a renda nacional e, portanto, intensifica a demanda pública por um ambiente mais limpo. O comércio também promove a adoção de tecnologias de produção ecologicamente corretas e garante a mudança para setores da economia menos poluídos (hipótese do halo da poluição). Ao contrário, outros pesquisadores argumentam que o comércio exacerba a poluição ambiental, promove a produção industrial em larga escala e, portanto, aumenta as emissões de carbono, que agrava a degradação ambiental, aliás, a hipótese dos paraísos da poluição (HARRISON; ESKELAND, 1997; COLE, 2004; TAYLOR, 2004; SHEN et al., 2019).

Possivelmente tal impacto político e econômico das decisões governamentais acerca do meio ambiente sejam mais latentes na atualidade do que nos dois primeiros mandatos iniciados em 2003, isso, sem levar em consideração a condução do governo Bolsonaro (2019 a 2022) acerca da temática, o que não será abordado nesse estudo por conta da amplitude que tais aspectos representam, mesmo no contexto acadêmico.

A gestão de desempenho orientada para a estratégia fornece uma solução eficiente para resolver os problemas na gestão de desempenho e atualmente se tornou uma das questões quentes para os teóricos e profissionais da gestão de desempenho. Alguns especialistas e estudiosos destacam a gestão de desempenho orientada para a estratégia (JINGKUN; BAOCHUN, 2011).

As chaves de design do sistema orientado para a estratégia de gerenciamento de desempenho de KPI é começar com as estratégias da empresa e estabelecer um sistema de gerenciamento de desempenho estratégico que pode melhorar os principais indicadores de desempenho para fomentar a competitividade central da empresa, afirmando que as etapas de construção do modelo de gerenciamento de desempenho dos departamentos governamentais incluem o design do sistema de metas de desempenho, coleta de informações de desempenho, avaliação de desempenhos e melhoria de desempenho (JINGKUN; BAOCHUN, 2011).

Chen'guang (2009) apontou que existem cinco estágios: criação de procedimentos de gerenciamento de desempenho orientados para a estratégia para estratégias da empresa, criação de indicadores e metas de desempenho chave, criação e implementação de planos de desempenho, avaliação e premiação de desempenhos e monitoramento e melhoria de desempenho; Wang Wenjuan (2011),

apontou que o processo do sistema de gerenciamento de desempenho orientado para a estratégia tem quatro estágios: elaboração de metas e plano, implementação e monitoramento de desempenho, avaliação de desempenho e melhoria de desempenho e feedback.

[...] o sistema de gerenciamento de desempenho de proteção ambiental orientado para a estratégia para os líderes locais do partido e do governo deve começar a partir da decomposição dos objetivos estratégicos da proteção ambiental do governo local etc. sistema de gerenciamento de desempenho orientado são principalmente focados em certas partes e não formaram nenhuma teoria sistemática (JINGKUN; BAOCHUN, 2011).

Ainda, inerente aos procedimentos de adequação orçamentária, Rocha et al. (2013) aponta que alguns recursos são utilizados para alcançar as metas governamentais no quesito de manutenção dos serviços públicos. E para tanto, essa prática pode ter desde então acostumado o mercado às intervenções federais na “própria casa” e seu comportamento reflete decisões e resultados em diversos setores da economia. Assim compreende-se que o mercado pode se ajustar dentro de um contexto de resultados do próprio mercado e do governo, como se cada um espreitasse aguardando a decisão da outra parte.

Com isso, é válido ressaltar que o neoliberalismo se apresentou como um modelo ajustado pela corrente liberal focada na realidade econômica, onde apoiadores e defensores tinham como objetivo apoiar o sistema de mercado, e a utilização de políticas monetaristas para aceitar estarem suscetíveis à intervenção do Estado na economia (BRUE, 2004).

Com o descompasso existente entre o período de elaboração do orçamento, sua efetiva execução e a necessidade de ajustes na programação financeira, podem ocorrer situações que não foram previstas na elaboração da proposta orçamentária, mas que devem ser absorvidas no orçamento do exercício.

Tais situações são corrigidas, segundo a legislação brasileira, por meio dos créditos adicionais. Dentre eles, vem crescendo a utilização do crédito extraordinário sendo relevante compreender as razões e os principais fatores que levam o Governo Federal a utilizar sistematicamente o crédito extraordinário, bem como levantar o entendimento existente quanto ao significado dos pressupostos constitucionais da imprevisibilidade e da urgência, além de avaliar a aderência dos créditos extraordinários abertos a esses pressupostos. Foram utilizadas as seguintes estratégias de pesquisa: pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com a

coleta de entrevistas não estruturadas com especialistas da área orçamentária. As análises realizadas sugerem que os créditos extraordinários abertos nos últimos 16 anos não obedecem aos pressupostos constitucionais e que há flagrante desvirtuamento do processo orçamentário em decorrência da utilização generalizada desse tipo de crédito (ROCHA et al., 2013).

2.1 A INFLUÊNCIA DA TEORIA KEYNESIANA

Brue (2004) destaca que a grande repercussão da economia keynesiana é devida a evidência com que os problemas do cotidiano foram tratados, focando no que mais gerava ameaças: a depressão e o desemprego. Dessa forma, foram construídos visões e direcionamentos que procuravam racionalizar os impactos de necessidade na sociedade. Ou seja, o Estado deveria intervir na economia sempre que fosse necessário, evitando um declínio na economia e proporcionando garantia de pleno emprego.

Segundo a teoria geral do emprego, do juro e da moeda, de autoria do economista britânico John Maynard Keynes, existe um sistema de ideias inter-relacionados listado por: função do consumo, investimento, preferência pela liquidez, renda e emprego equilibrado e políticas para promover o nível de emprego e estabilidade.

Focando nas políticas de promoção de emprego citadas acima, Keynes propõe um grande papel ao governo para estabilizar a economia em um nível de emprego da renda nacional. Incentivando meios para aumentar as despesas agregadas, como por exemplo o estímulo de investimentos privados durante o período de recessão, ou então a assunção de uma política fiscal expansiva, onde gastos com investimentos privados servem como fonte de despesa agregada, elevando as despesas e aumentando a renda nacional.

2.2 CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO DO PERÍODO

Os mercados financeiros reagem prontamente a grandes eventos em termos de dinâmica do mercado financeiro. A literatura financeira anterior reconheceu as respostas do mercado de ações a várias ocorrências, especialmente a catástrofe da

saúde. Vários estudos determinam os efeitos colaterais das doenças contagiosas, como o contágio da Síndrome Respiratória Aguda (SARS) de 2002–2004 (Chen et al., 2009), influenza-A (H1N1) de 2009 (PECKHAM, 2013) Crise Financeira Global de 2007-2008. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), esta doença mortal se espalhou rapidamente globalmente para 216 nações desde os primeiros casos confirmados em Wuhan, China, em dezembro de 2019 (GORMSEN; KOIJEN, 2020, ZHANG et al., 2020). Houve mais de 156 milhões de casos confirmados, incluindo mais de 3,2 milhões de mortes em todo o mundo até maio de 2021.

O Brasil é uma democracia relativamente jovem, tendo retornado a esse sistema político em 1984, após 20 anos de ditadura militar. Devido à relativa novidade do regime democrático, os eleitores podem ter pouca experiência no processo de escolha de seus representantes. Portanto, é especialmente interessante investigar como os cidadãos brasileiros avaliam seus líderes políticos em relação ao ambiente econômico e político.

Além disso, o estudo é original no uso de análise econométrica de dados de séries temporais brasileiras. A literatura existente sobre o assunto tem se concentrado principalmente nos resultados de pesquisas eleitorais, e embora estudos semelhantes tenham sido realizados em outros países, não há evidências disponíveis para o Brasil. Assim, este trabalho complementa a literatura nas áreas de Ciência Política e Nova Economia Política, fornecendo evidências sobre a relação entre os índices de aprovação e uma variedade de indicadores econômicos e políticos no Brasil.

Seguindo esta temática, é possível destacar que o período de análise abrange uma parte significativa dos mandatos do ex-presidente FHC e do governo do presidente Lula, determinado pela disponibilidade de dados. No entanto, como demonstrado, houve mudanças substanciais nas variáveis econômicas e políticas ao longo desse período investigado. Devido à grande quantidade de modelos a serem investigados (considerando as variáveis independentes escolhidas, componentes determinísticos e defasagens), foi adotada uma abordagem de seleção automatizada de modelos baseada na teoria da redução, que será explicada nos tópicos seguintes.

2.2.1 INFLUÊNCIAS DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL

Conforme análise realizada, é relevante destacar de modo direcionado as abordagens de natureza liberal e desenvolvimentista. Evidenciando duas abordagens

específicas que apresentaram impacto considerável nas políticas brasileiras: a abordagem liberal e a abordagem desenvolvimentista.

No estudo da História do pensamento econômico, é salientada a defesa de princípios econômicos liberais, que enfatizam a importância da propriedade privada, dos mercados livres e da redução da intervenção do Estado na economia. Essa abordagem influenciou o debate sobre políticas econômicas no Brasil, principalmente nas décadas de 1990 e 2000, quando o país passou por um processo de abertura comercial e reformas estruturais (MOLO; AMADO, 2015).

Essa importância da propriedade privada e a necessidade de facilitar o acesso dos indivíduos aos direitos de propriedade influenciaram discussões sobre reformas no sistema jurídico e no registro de propriedades no Brasil. Havendo assim a defesa pela diminuição de burocracias e simplificação dos processos, incentivando o empreendedorismo e o acesso ao crédito, que também encontrou eco em políticas voltadas para a redução da burocracia estatal e a melhoria do ambiente de negócios no país.

Essa visão desenvolvimentista influenciou políticas voltadas para a inclusão social e o combate à desigualdade no Brasil. O reconhecimento da necessidade de enfrentar as barreiras que impedem o acesso aos direitos de propriedade e aos mercados por parte das camadas mais vulneráveis da sociedade contribuiu para a formulação de políticas públicas focadas na regularização fundiária, no acesso a serviços básicos e na promoção da inclusão produtiva (MOLO; AMADO, 2015).

Destacando o diálogo existente entre as perspectivas liberais e desenvolvimentistas, o Brasil é um país que enfrenta desafios significativos no âmbito político e econômico, e entender como essas duas perspectivas se entrelaçam no contexto brasileiro é essencial para compreender sua trajetória política e suas estratégias de desenvolvimento. Embora as perspectivas liberais e desenvolvimentistas possam parecer opostas em muitos aspectos, argumenta-se que o Brasil tem buscado um equilíbrio entre essas duas abordagens ao longo de sua história recente. Enquanto a ênfase na abertura econômica e na redução da intervenção estatal reflete uma visão liberal, as preocupações com a inclusão social e o enfrentamento das desigualdades são elementos centrais de uma abordagem desenvolvimentista (SILVA; FÁTIMA, 2019).

2.3 DUALIDADE POLÍTICA E SOCIAL DAS VERTENTES POLÍTICAS BRASILEIRAS

Os governos da esquerda e da direita têm políticas e objetivos econômicos partidários distintos. A definição por qual segmento escolher, no entanto, é limitada por seu desejo de reeleição. É posto em evidência que a capacidade dos governos em promover seus interesses partidários e presidir resultados macroeconômicos reeleitos simultaneamente depende da organização da economia doméstica, particularmente do movimento trabalhista. Possivelmente, existem dois caminhos diferentes para o desempenho macroeconômico desejável.

Em países com movimentos trabalhistas centralmente organizados, os governos de esquerda podem promover o crescimento econômico e reduzir a inflação e o desemprego. Por outro lado, em países com movimentos trabalhistas fracos, os governos de direita podem seguir suas estratégias macroeconômicas preferidas pelos partidários e alcançar resultados macroeconômicos igualmente benéficos. O desempenho será pior em outros casos (ALVAREZ; GARRETT; LONG, 2014).

Castro e Martins (2021) testam a crença generalizada de que os governos de direita tendem a promover a liberdade econômica, enquanto os de esquerda preferem mais controle sobre a economia. Eles apontam que os governos de direita são de fato mais propensos a promover a liberdade econômica e desregulamentar a economia. Também constata que esse efeito parece ser mais forte nas economias em desenvolvimento/emergentes do que nos países mais desenvolvidos.

Além disso, a análise das amplas dimensões da liberdade econômica indica que os governos de direita tendem a agir melhorando a solidez monetária e a liberdade de comércio internacional e facilitando as regulamentações que restringem a entrada nos mercados. Os principais governos de esquerda não parecem afetar a liberdade econômica, porém afetam os partidos populistas de esquerda (CASTRO; MARTINS, 2021).

A escala de auto colocação esquerda-direita de dez pontos é correlacionada com três orientações de valor centrais (valores religiosos/seculares, econômicos esquerda-direita e materialistas/pós-materialistas) para examinar se as associações entre essas orientações de valor e a autoestima escala de colocação mudaram desde o início dos anos 1970 até 1990. Quatro teorias sobre a mudança de significado da linguagem esquerda-direita são apresentadas. Essas teorias sobre a irrelevância,

persistência, transformação e pluralização do significado de esquerda e direita são testadas usando dados do Euro barômetro de oito países da Europa Ocidental e a segunda onda do *European Value Study* de 1990. Os dados fornecem forte suporte para a teoria da pluralização. A semântica esquerda-direita tem um poder de absorção impressionante, descrevendo uma dimensão espacial abrangente capaz de incorporar muitos tipos de conflito (KNUTSEN, 1995).

A semântica esquerda-direita está significativamente correlacionada com valores religiosos/seculares, permanece altamente correlacionada com as orientações de valor industrial dominante (valores econômicos esquerda-direita) e está cada vez mais associada a orientações de valor materialistas/pós-materialistas. Os novos significados de esquerda e direita são adicionados aos antigos significados (KNUTSEN, 1995).

Um importante fenômeno que traçou alguns marcos comparativos durante as décadas de 2000 e 2010, foram os paralelos ligados a países emergentes asiáticos, e suas políticas de desenvolvimento. Neste período são apontadas as potencialidades entre países como Brasil e Índia, por exemplo.

Brasil e Índia são duas das importantes economias emergentes da atualidade. Um estudo comparativo das regulamentações econômicas dos dois países é interessante e pode proporcionar um aprendizado útil para ambos os países. Suas semelhanças em termos de grande área geográfica, grande tamanho da população, altas taxas de desemprego, setor de serviços dominante, estrutura de economia mista, interesses comuns em mercados internacionais e plataformas comerciais como a OMC (farmacêutica, agricultura etc.) por um lado e contrastes por meio de experiências políticas, convulsões econômicas, dependência de fluxos financeiros estrangeiros se combinam para tornar este estudo rico e significativo (STUENKEL, 2010).

Com base nas colocações citadas acima, é possível destacar que desde a segunda metade de 2008, o mundo enfrentou uma das mais severas crises financeiras e econômicas desde a Grande Depressão. A crise pode ter começado como uma pressão ligada às hipotecas subprime nos Estados Unidos, mas posteriormente se espalhou para a Europa e depois para o resto do mundo. (BÜLENT GÖKAY, DARRELL WHITMAN, 2010). Ela se manifestou como uma crise bancária generalizada nos EUA e na Europa, implicando um colapso dos mercados financeiros domésticos e internacionais, e depois se tornou uma recessão macroeconômica

global. Países como Grécia, Irlanda, Espanha e Portugal, para citar alguns, ainda estão lutando com desaceleração, desemprego, déficits, dívidas e restrições de liquidez que estão sendo atendidas com flexibilização quantitativa tanto do apoio interno quanto externo. (THOMPSON, 2010). Apesar das repetidas injeções por meio de medidas fiscais e monetárias, as perspectivas para essas economias permanecem incertas e pessimistas. O World Economic Outlook, em outubro de 2008, o Fundo Monetário Internacional previu um crescimento global de 3,9% em 2008 e de 3,0% em 2009. Essas projeções foram posteriormente revisadas para baixo para 3,7% em 2008 e 2,2% em 2009 (Global Economic Crises and its Impact on India, Rajya Sabha Secretariat, 2009).

Muitos economistas consideram está uma das piores recessões globais desde os anos 1970 e alguns também a consideram comparável à Grande Depressão de 1929. Os efeitos da recessão são, talvez, mais graves e generalizados, à medida que o mundo se torna cada vez mais globalizado. Uma integração e interação das economias em uma arena econômica global estabeleceu múltiplos vínculos e canais de transmissão através das fronteiras políticas que possivelmente espalharam as recentes crises de seu local de origem nos EUA para outras superpotências na Europa ou na Ásia, como o Japão (GOEL; ASIJA, 2012).

A disseminação da globalização também levou ao surgimento do conceito de EMEs. As economias de mercado emergentes são hoje destinos atraentes para os fluxos de comércio e investimento das nações desenvolvidas. Destes, as duas democracias do Brasil e da Índia são as maiores EMEs e estão detendo muito interesse global como grandes mercados potenciais (GOEL; ASIJA, 2012).

As duas nações também se destacam no contexto da atual recessão global, pois conseguiram enfrentar com facilidade e rapidez os efeitos da crise global sem muito peso nas finanças do governo e sem mudanças estruturais drásticas nas políticas econômicas. Isso é importante em um mundo onde muitos bancos centrais estão respondendo aos desenvolvimentos com injeção agressiva e não convencional de liquidez, flexibilização monetária e relaxamento geral das normas de garantia e critérios de elegibilidade para seus empréstimos a instituições financeiras, juntamente com medidas fiscais de apoio e diretrizes de governança. Este artigo procura analisar os efeitos da recessão de 2008 nas duas EMEs do Brasil e da Índia por meio de estimativas de crescimento do PIB, exportações, fluxos de IDE e reservas cambiais.

A avaliação do estado existente das economias no momento da eclosão da crise, juntamente com as políticas econômicas planejadas então prevalecentes, foi realizada para avaliar porque os efeitos foram menos intensos e menos generalizados nesses países em comparação com outros. Isso significa que relativamente pouca agitação ocorreu na macroeconomia ou na formulação e implementação de políticas nessas EMEs. Acompanhamos a análise com as medidas de salvaguarda que os dois governos adotaram para proteger suas economias da crise desencadeada pela queda, além de relacioná-las ao contexto das necessidades passadas e atuais da economia (GOEL; ASIJA, 2012).

Bem antes do surgimento de sua atual crise política e econômica, o histórico outrora favorável do Brasil em crescimento inclusivo mascarava sérias deficiências estruturais. Uma das mais importantes centrou-se – e continua a centrar-se – na qualidade e quantidade da sua infraestrutura. Os desafios de infraestrutura enfrentados pelo Brasil são resumidos nas dificuldades bem documentadas que cercaram a construção de instalações para as Olimpíadas do Rio de 2016. No entanto, a questão infra estrutural é muito mais profunda do que este caso amplamente divulgado, estendendo-se a transportes, energia, telecomunicações, saneamento e habitação (AMANN et al., 2016).

A infraestrutura mudou para o centro da agenda política no Brasil. Desde 2007, as autoridades vêm tentando engendrar uma mudança radical na escala e na qualidade da infraestrutura em vários setores estratégicos. Um grande esforço nessa direção, realizado nos governos de esquerda, foi o Programa de Aceleração do Crescimento (ou PAC, para usar a sigla em português). Isso previa um aumento significativo de investimentos em rodovias, ferrovias, energia, transporte aéreo, telecomunicações, habitação, água e saneamento (AMANN et al., 2016).

No entanto, por razões que serão esclarecidas, as ambições abraçadas pelo PAC estavam longe de serem plenamente realizadas. Isso deixou o Brasil sujeito a restrições significativas do lado da oferta. Na tentativa de remediar os problemas que envolvem o PAC, o governo interino do presidente Michel Temer lançou um programa revisado de desenvolvimento de infraestrutura sob o rótulo do PPI (Programa de Parcerias e Investimentos). Isso abrange um papel significativamente elevado para capital do setor privado, com ênfase renovada nas parcerias público-privadas (AMANN et al., 2016).

A relação causal entre infraestrutura e crescimento econômico é uma das relações mais difíceis de avaliar na macroeconomia. O crescimento econômico alimenta o investimento em infraestrutura, e o acúmulo de infraestrutura resultante impacta o crescimento econômico. A evidente endogeneidade entre essas duas variáveis devido à simultaneidade pode confundir a análise, na medida em que os autores têm implementado um número significativo de estratégias de identificação para obter resultados confiáveis (STRAUB, 2008). Examinando uma ampla amostra dessa literatura empírica (na verdade, 64 estudos), Straub identifica uma ligação razoavelmente forte entre investimento em infraestrutura e produção.

Em um estudo mais recente focado no Brasil, Amann, Baer, Trebat e Villa Lora (2014) analisam os impactos sub-regionais e nacionais dos gastos com infraestrutura na produção. Uma característica inovadora deste estudo é o uso de dados de luminosidade derivados de satélites como proxy para o PIB, sendo o objetivo aqui contornar as questões de endogeneidade que cercam a avaliação econométrica da relação produção-infraestrutura.

Os resultados do estudo indicam que os gastos com infraestrutura têm um efeito positivo no crescimento e no crescimento per capita. Os sinais dos dados do PIB e da luminosidade coincidem. Se as autoridades subnacionais – os estados – aumentassem seus gastos em um ponto percentual, então a taxa de crescimento do PIB regional aumentaria 0,11 pontos percentuais ao ano, enquanto a taxa de crescimento do PIB per capita responderia com um aumento de 0,072 pontos percentuais por ano.

Os efeitos dos gastos com infraestrutura no PIB são reduzidos pela metade quando a atividade econômica é medida por dados de luminosidade. O estudo também constatou que os gastos com infraestrutura de comunicação renderam os maiores ganhos em termos de eventuais aumentos de produção (AMANN et al., 2016).

Segundo estudo do Banco Mundial de 2012, de 1,75 milhão de quilômetros de rodovias, apenas 18% eram pavimentados. Isso representa uma deficiência especialmente significativa tendo em vista que 60% das cargas brasileiras são transportadas por rodovias. Além disso, em relação aos níveis ótimos, as autoridades têm gastado muito pouco com a manutenção das rodovias. No orçamento para 2011–14, menos de 1% do PIB ao ano foi reservado para tais gastos quando, de acordo

com o Banco Mundial, 6% do PIB seriam necessários para alcançar os países industrializados avançados (REBELO et al., 2012).

Também é importante observar que a qualidade da infraestrutura rodoviária é bastante diferenciada por região. Enquanto o Sul e o Sudeste são comparativamente privilegiados com rodovias pavimentadas de múltiplas faixas divididas, o mesmo não ocorre em algumas das regiões menos desenvolvidas do país, notadamente o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Mesmo a capital, Brasília, continua a ser conectada ao Sul pelo sistema interestadual de várias faixas. Em parte, por isso, os custos de transporte são notoriamente altos no Brasil: os gastos com logística representam 15,4% do PIB brasileiro. Em países avançados, isso é tipicamente mais próximo de 8 a 10% (REBELO et al., 2012).

Um ponto importante sobre a relação infraestrutura-crescimento, e nem sempre levado em consideração nos estudos empíricos disponíveis, diz respeito ao efeito de longo prazo do investimento em infraestrutura na demanda por seus respectivos serviços. Aceitando que os gastos com infraestrutura são um forte impulsionador da produção, segue-se que isso, por sua vez, provavelmente colocará mais demandas no estoque de infraestrutura, necessitando ainda de mais investimento (FRISCHTAK, 2013, p. 324). Assim, o desafio enfrentado pelos formuladores de políticas no Brasil e em outros lugares para estimular o investimento em infraestrutura provavelmente será contínuo.

3 DISCUSSÕES

3.1 PRINCIPAIS CRISES DO PERÍODO

De 2002 a 2008 o mundo passou por uma fase de prosperidade econômica. A economia estadunidense, líder do sistema capitalista mundial, ditava sobejamente o ritmo das transformações do processo de globalização como o corolário do neoliberalismo, dois fatores articulados explicaram a mudança que ocorreu a partir dali: o aumento nos preços dos imóveis residenciais e a securitização da dívida hipotecária, levando ao posterior colapso financeiro. Os preços dos imóveis residenciais nos EUA subiram continuamente entre 1990 e 2006, permitindo que os proprietários tomassem empréstimos e assim alavancar a economia. A construção civil tornou-se, nesse contexto, um setor líder. Em 2006, contudo, as licenças para a

construção de novas casas caíram 26% em relação ao ano anterior, o que evidenciava um grave problema.

Já a securitização (conversão de dívidas de um credor em dívidas com investidores por meio da venda de títulos) da dívida hipotecária se tornou central na expansão do setor financeiro. As dívidas hipotecárias passaram a ser vendidas entre instituições. Os bancos comerciais e de investimento fizeram operações com o chamado “setor bancário oculto” (*shadowing banking*), que não apareciam nos seus balanços de forma a aumentar a lucratividade com o crescimento da alavancagem financeira (FISHLOW, 2011).

Com o crescimento acelerado de dívidas de alto risco, os bancos usaram uma inovação financeira, a obrigação de dívida colateralizada (*collateralized debt obligation, CDOs*). Os CDOs eram pacotes que misturavam produtos de dívidas de alto e baixo risco, vendidos em todo o mundo por conta dos elevados juros, mas os compradores desses títulos só receberiam os rendimentos quando os estadunidenses pagassem seus empréstimos. Como as agências de risco (*rating risk agencies*) garantiam a qualidade dos investimentos, houve proliferação rápida desta modalidade – sobretudo na Europa (VARGAS; OLIVEIRA, 2021).

A euforia destes mercados foi interrompida quando os devedores deixaram de honrar suas dívidas e, como os CDOs estavam espalhados pelo setor financeiro mundial, a crise rapidamente se alastrou. Seu gatilho foi o pedido de falência do Lehman Brothers Holdings Inc., banco então com atuação global. Considerada a pior crise depois da quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, na qual foi responsável pelo fechamento de várias instituições financeiras e de grandes empresas, bem como pela significativa queda dos pontos das bolsas de valores pelo mundo, gerando forte instabilidade econômica e financeira (VARGAS; OLIVEIRA, 2021).

Há uma metáfora que se encaixa bem na situação citada, essa metáfora surge dos debates sobre a “hipótese dos mercados eficientes” de que todas as informações pertinentes disponíveis ao público são levadas em consideração nos preços existentes no mercado de ações, de modo que um investidor pode investir tanto em ações escolhidas aleatoriamente quanto com base no julgamento de especialistas (OLSON, 1996, p.3).

que vê na calçada. Mas ele é contido por seu colega sênior, que aponta que se a nota de \$ 100 fosse real, ela já teria sido apanhada. Esta história resume muitos artigos que mostram que a otimização dos participantes do mercado normalmente elimina oportunidades de retornos supranormais: grandes notas não costumam cair na calçada e, se o são, são recolhidas muito rapidamente (OLSON, 1996, p.3)

Para Singer (2012) seria possível entender a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) em analogia com o PSD (Partido Social-Democrata da Alemanha), em que “duas almas” conflitantes convivem no interior do partido, aquela da fundação dos partidos, com profunda ligação com a classe trabalhadora organizada, de esquerda, socialista, e outra da ruptura com o programa original (SINGER, 2012, p. 69). No caso do PT, a primeira alma diz respeito à sua fundação, no Colégio Sion em São Paulo, em 1980, fruto das lutas pelo fim da ditadura e das greves operárias do ABC a partir de 1978.

Cabe ressaltar que o próprio partido foi criado por decisão do Congresso dos Metalúrgicos em 1979 (SINGER, 2012, p. 71), com a unificação de diversos grupos de esquerda que atuavam na clandestinidade durante a ditadura, a fundação do PT correspondia a de um partido de massas e que se intitulava “sem patrões” e queria construir uma sociedade “sem explorados e exploradores”:

A maioria dos países que experimentaram uma crise no mercado de ações, independentemente de ser acompanhada por algum outro tipo de crise financeira tradicional, posteriormente experimentou uma grave recessão econômica. Por exemplo, o crescimento médio mundial, de acordo com as estatísticas do Banco Mundial, caiu de 4,1% em 2006 para -2,1% em 2009, uma queda de mais de 6% na crise financeira global. Individualmente, a taxa de crescimento na pior economia, a da Letônia, caiu 18% em 2009.

Mesmo as economias com apenas uma crise no mercado de ações sofreram uma contração econômica sem precedentes. A Romênia experimentou uma queda de 13,1% e a Áustria uma queda de 7,4% no crescimento do PIB. No início da crise financeira asiática de 1998, a Indonésia também teve uma queda de 17,8% na taxa de crescimento do PIB. Coreia do Sul e Cingapura tiveram queda de 11,4% e 10,5%, respectivamente (HUANG, Chai Liang; CHANG, 2022).

Várias teorias financeiras postulam que as crises do mercado de ações podem gerar de forma independente um impacto negativo no crescimento real por várias razões e por diferentes canais. Dynan e Maki (2001) e Poterba (2000) postulam que

as mudanças nos preços das ações alteram o valor de uma carteira de ações e a riqueza correspondente, que, por sua vez, alteram os gastos do consumidor. Assim, um mercado de ações em alta contribui para um aumento nos gastos do consumidor, enquanto um mercado de ações em queda, especialmente um crash do mercado de ações, reduz os gastos do consumidor.

Obstfeld (1994) e Devereux e Smith (1994) indicaram que uma maior diversificação do risco internacional por meio de mercados de ações internacionalmente integrados pode facilitar o investimento de longo prazo e acelerar o crescimento econômico, sugerindo que a diversificação ineficaz causada por uma crise financeira global pode ser prejudicial para o longo prazo. Investimento a prazo. Todos esses autores enfatizaram que a ligação entre o crescimento econômico e o mercado de ações é por meio do canal do investimento, e sugeriram que a contração econômica causada por uma crise no mercado de ações vem da redução do investimento.

Empresas e investidores em mercados emergentes enfrentam economias voláteis, altos custos de transação e a ausência ou fragilidade de instituições sociais que reduzem esses custos nas economias desenvolvidas. Inflação alta, atividade volátil do setor real, instituições subdesenvolvidas e um Estado intervencionista caracterizam a economia do Brasil, por exemplo. Embora esse ambiente exacerbe os riscos de captação de capital externo e aumente os custos de transação, existe no Brasil um nascente mercado de títulos corporativos desde o final da década de 1980. A vitalidade desse mercado sugere que as empresas brasileiras concebem contratos financeiros com imaginação para lidar com as dificuldades do ambiente econômico.

Nesse sentido, Anderson (1999) aponta que mais importante ainda, os custos de agência da dívida devido a potenciais conflitos entre acionistas e credores provavelmente serão altos no Brasil. No entanto, as cláusulas que restringem as políticas de dividendos, investimentos e financiamento de um devedor também são caras. Tais restrições raramente são observadas nas escrituras de amostra. Em vez disso, mecanismos de vencimento contingente, como renegociação periódica dos termos do contrato, direito de resgate do emissor, direito de venda do investidor, e o direito do investidor de conversão em patrimônio são comuns. A ausência de cláusulas restritivas e a prevalência de mecanismos de maturidade contingente sugerem que estes últimos tratam de forma mais eficiente os custos de agência no Brasil.

O vencimento contingente também torna os títulos brasileiros amplamente autoexecutáveis, ou seja, menos dependentes da execução institucional dispendiosa e pouco confiável. Em suma, as empresas brasileiras abordam uma miríade de riscos ao financiamento da dívida por meio de contratação engenhosa. As inferências extraídas da análise dos contratos financeiros brasileiros aumentam nossa compreensão da contratação de dívidas em particular e das estruturas institucionais para contratação em mercados emergentes em geral. A ausência de cláusulas restritivas e a prevalência de mecanismos de maturidade contingente sugerem que estes últimos tratam de forma mais eficiente os custos de agência no Brasil.

No rescaldo de eventos como o colapso da crise asiática em 1997-1998, o colapso da bolha “pontocom” em 2000-2001 e a crise financeira de 2008 e a subsequente Grande Recessão, a mídia e a literatura política popular estão cheias de reivindicações sobre quem é o que é o culpado pelas crises econômicas e instabilidade. Alguns comentaristas, incluindo economistas, sociólogos e cientistas políticos, afirmam que o capitalismo desenfreado cria crises econômicas e os mercados precisam ser regulados e submetidos ao controle político (BJØRNSKOV, 2016).

Esta reivindicação predominantemente de esquerda deriva originalmente do primeiro volume de *Das Kapital*, em que Karl Marx previu que o capitalismo produziria crises cada vez mais profundas que levariam ao seu fim. O pensamento recente da esquerda política continua a refletir essa afirmação, como Chomsky (2009), por exemplo, argumenta que a desregulamentação desde a década de 1970 produziu crises mais frequentes e aumento da desigualdade econômica. Klein (2007) chega a afirmar que os governos engendram dramaticamente as crises econômicas para convencer os eleitores a aceitar as reformas liberalizantes (BJØRNSKOV, 2016).

Historicamente cientistas sociais, comentaristas clássicos liberais e conservadores de direita argumentam que a maioria das crises financeiras e econômicas são criadas e prolongadas por regulamentações governamentais, instituições precárias e fracassos de políticas ativistas (BJØRNSKOV, 2016).

Mais notoriamente, Friedman e Schwartz (1963 apud BJØRNSKOV, 2016) documentaram como a Grande Depressão de 1929 e a crise subsequente foram parcialmente criadas e prolongadas por repetidos fracassos da política monetária. Higgs (1997) também argumentou que a Grande Depressão foi aprofundada e prolongada pelas intervenções de Hoover e pelas políticas do New Deal de Roosevelt,

ambas as quais incluíam regulamentações de mercado rígidas e diretas e controle de empresas individuais.

Baker et al. (2012) documentam efeitos semelhantes de incerteza política decorrentes de intervenções políticas erráticas e discricionárias durante a recente crise nos EUA, enquanto Zingales (2012) emprega o conceito de capitalismo de compadrio para diagnosticar as causas de crises mundiais recentes e históricas. Embora ele não use o termo específico, a explicação de Krugman (1999) para a crise asiática de 1997-98 também se baseia no capitalismo de compadrio: como as garantias de resgate público alimentaram uma expansão insustentável do crédito e, portanto, uma bolha econômica que resultou em uma crise severa, a crise asiática foi em grande parte criada por falhas políticas.

A busca pelo rompimento das estruturas políticas da direita, apesar de se apresentarem de maneira clara, não vieram em uma contraposição completa de fortalecimento do setor privado dentro da economia, e nesse aspecto, pode ser visto no tratamento de políticas educacionais voltadas para o nível superior.

A primeira década do século XXI foi marcada por um inegável progresso social no Brasil. Os dois indicadores a seguir resumem a maior parte das conquistas: a incidência da pobreza absoluta na população e a desigualdade na distribuição da renda familiar per capita. A pobreza, que atingia cerca de 38% da população em 2002, caiu para pouco menos de 16% em 2013, e a desigualdade, na qual o país é notoriamente classificado como um dos mais altos do mundo, caiu a um ritmo respeitável, mesmo em estudos internacionais. padrões, de um Gini de 0,59 a 0,52 (BRITO et al., 2019).

Alguns estudos documentaram a influência relativa que o crescimento econômico do período e as políticas redistributivas tiveram na redução da pobreza (PERO E CRUZ, 2015), e muitos outros abordaram os fatores que impactam a desigualdade, comparando os pesos relativos de progresso no mercado de trabalho e avanços em outras rendas, como programas de transferência de renda e outros benefícios sociais (SOARES, 2011).

Brito et al. (2019) apontam que entre as políticas redistributivas, os programas de transferência de renda e seus impactos sobre a pobreza e a desigualdade têm despertado especial interesse, mas uma política específica – a valorização do salário mínimo (SM), implementada a partir do plano de estabilização conhecido como Plano Real – tem sido menos destacada. Recentemente, um estudo de decomposição

documentou a contribuição da valorização do SM para a diminuição da desigualdade de renda familiar no Brasil; os resultados mostraram que a contribuição total – via variação no valor do SM e parcela dos beneficiários do SM, seja como renda do trabalho, renda de aposentadoria ou assistência social – na distribuição de renda superou a soma total das outras fontes de renda na contabilização do declínio na desigualdade de renda ocorrida no país entre 1995 e 2014 (BRITO et al., 2017).

O salário mínimo e sua valorização, no período abordado no trabalho, contribuíram para reduzir a intensidade e a severidade da pobreza ainda mais do que reduziu a proporção de pobres. Investigando os canais por meio dos quais esses efeitos são produzidos, verificamos que o mercado de trabalho superou largamente os canais previdenciários e assistenciais, o que indica uma fração maior de beneficiários ativos, em relação aos aposentados e assistidos, nos domicílios pobres do país. O componente de renda que inclui programas sociais nominalmente voltados para o alívio da pobreza (por exemplo, o Programa Bolsa Família, PBF) provou ser importante na redução da intensidade e severidade da pobreza, mas foi menos importante na redução da proporção de pessoas pobres; a provável explicação é o baixo valor dos benefícios, que geralmente são insuficientes para elevar os beneficiários acima da linha da pobreza (BRITO; KERSTENETZKY, 2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As décadas de 2000 e 2010 foram caracterizadas por mudanças significativas na economia brasileira, ao mesmo tempo em que a polarização política teve um impacto notável nesse contexto. Ao examinar esse período, é possível descrever conclusões relevantes, conforme descrito abaixo:

É importante ressaltar que as políticas adotadas no Brasil não são de aplicação direta das ideias de Hernando de Soto, mas sim uma adaptação e interpretação dessas ideias às especificidades do contexto brasileiro. Além disso, outras correntes de pensamento também influenciaram as políticas econômicas no país, e é necessário considerar a interação entre diferentes abordagens, como a liberal e a desenvolvimentista, para uma compreensão mais completa do cenário político e econômico brasileiro. Essas abordagens não são mutuamente exclusivas e têm sido combinadas e adaptadas de acordo com as necessidades e desafios do país, refletindo a complexidade e a diversidade de influências no desenvolvimento das políticas brasileiras.

A estabilidade econômica conquistada com a implementação do Plano Real nos anos 90 estabeleceu uma base sólida para o crescimento econômico do Brasil nas décadas seguintes. Esse período testemunhou um aumento significativo nos setores do agronegócio, indústria e serviços, impulsionando a economia do país. Além disso, a integração do Brasil em organizações internacionais, como o Mercosul e os BRICS, abriram novas oportunidades de comércio e investimento, fortalecendo a posição econômica do país no cenário global.

No entanto, apesar dos avanços econômicos, o Brasil enfrentou desafios estruturais que limitam seu pleno desenvolvimento. A desigualdade social persistente, a falta de investimentos em infraestrutura além da dependência de *commodities* foram obstáculos significativos para o crescimento sustentável. Além disso, a polarização política intensificou-se ao longo dessas décadas, com divergências profundas entre diferentes grupos e ideologias, refletindo-se nas eleições presidenciais e no cenário político nacional.

A polarização política teve implicações significativas para a economia brasileira. Disputas acirradas e confrontos ideológicos dificultaram a implementação de reformas estruturais necessárias para impulsionar o crescimento e enfrentar os desafios econômicos. A falta de consenso político e a instabilidade afetaram a

confiança dos investidores, desacelerando o ritmo de desenvolvimento e gerando incertezas no ambiente de negócios.

Apesar dos desafios, a economia brasileira conseguiu avançar em diversos aspectos ao longo dessas duas décadas. Houve um aumento significativo da classe média, uma expansão do mercado interno e uma maior participação do Brasil no comércio internacional. Além disso, o país buscou uma maior diversificação da economia, com um aumento dos investimentos em setores estratégicos, como tecnologia e inovação, pondo em evidência a ação do estado sob as melhorias do país.

O período analisado apresentou mudanças e desafios para a economia brasileira, permeado pela polarização política. Embora tenham ocorrido avanços importantes, é fundamental que o país enfrente os desafios estruturais, promova reformas necessárias e busque um maior consenso político para impulsionar um crescimento econômico sustentável e reduzir as desigualdades sociais.

Visando dessa forma, uma ação unificada e com objetivo direcionado a melhoria econômica do país como um todo, seguindo o conceito do keynesianismo, onde a economia é não autoajustável e que o mercado livre não é capaz de garantir o pleno emprego e o crescimento econômico, defendendo assim, a ação do estado nas políticas econômicas do país para atingir o equilíbrio econômico. Dessa forma, torna-se evidente que a superação da polarização política e a promoção de políticas econômicas sólidas são essenciais para garantir um futuro próspero para o Brasil.

Para pesquisas futuras, será dado seguimento aos pontos destacados neste trabalho, a fim de detalhar e explorar de forma mais direcionada os fatores críticos que implicam diretamente no impacto econômico do país, como alguns citados acima. Propondo assim, linhas de estudos específicas para que possam ser encontrados direcionadores de rota que irão compor um plano de estruturação com base em dados de evidência que direcionam uma estabilização econômica no País.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, R. Michael; GARRETT, Geoffrey; LANGE, Peter. Government partisanship, labor organization, and macroeconomic performance. *American political science review*, v. 85, n. 2, p. 539-556, 1991.
- AMANN, Edmund et al. The role of infrastructure in Brazil's development process. IRIBA Working paper 10, 2014.
- AMANN, Edmund et al. Infrastructure and its role in Brazil's development process. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, v. 62, p. 66-73, 2016.
- BAKER, Scott R.; BLOOM, Nicholas; DAVIS, Steven J. Has economic policy uncertainty hampered the recovery?. Becker Friedman Institute for Research In Economics Working Paper, n. 2012-003, 2012.
- BJØRNSKOV, Christian. Economic freedom and economic crises. *European Journal of Political Economy*, v. 45, p. 11-23, 2016.
- BRITO, Alessandra; FOGUEL, Miguel; KERSTENETZKY, Celia. The contribution of minimum wage valorization policy to the decline in household income inequality in Brazil: A decomposition approach. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 40, n. 4, p. 540-575, 2017.
- BRITO, Alessandra Scalioni; KERSTENETZKY, Celia Lessa. Has the minimum wage policy been important for reducing poverty in Brazil? A decomposition analysis for the period from 2002 to 2013. *Economia*, v. 20, n. 1, p. 27-43, 2019.
- BRUE, Stanley L. *História do Pensamento Econômico*. Cengage. p. 416 - 430. 2004.
- CASTRO, Vítor; MARTINS, Rodrigo. Government ideology and economic freedom. *Journal of Comparative Economics*, v. 49, n. 1, p. 73-91, 2021.
- CHEN, Chun-Da et al. The positive and negative impacts of the SARS outbreak: A case of the Taiwan industries. *The Journal of Developing Areas*, p. 281-293, 2009.
- CHENGUANG, Wang. Building A Strategic-Oriented Performance Management System. *Development of China Human Resources*, v. 3, p. p101103, 2009.
- DYNAN, Karen E.; MAKI, Dean M. Does stock market wealth matter for consumption?. Available at SSRN 270190, 2001.
- ESKELAND, Gunnar S.; HARRISON, Ann E. Moving to greener pastures? Multinationals and the pollution haven hypothesis. *Journal of development economics*, v. 70, n. 1, p. 1-23, 2003.
- FIRPO, Sergio; REIS, Maurício Cortez. O salário mínimo e a queda recente da desigualdade no Brasil. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, v. 2, p. 499-506, 2007.
- GOEL, Mridula; ASIJA, Aman. Economic regulations: Effect on growth and stability in Brazil and India. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 37, p. 167-181, 2012.

GORMSEN, Niels Joachim; KOIJEN, Ralph SJ. Coronavirus: Impact on stock prices and growth expectations. *The Review of Asset Pricing Studies*, v. 10, n. 4, p. 574-597, 2020.

HIGGS, Robert. Regime uncertainty: why the Great Depression lasted so long and why prosperity resumed after the war. *The Independent Review*, v. 1, n. 4, p. 561-590, 1997.

HUANG, Chai Liang; CHANG, Yu Ching. Growth impact of equity market crises: A global perspective. *International Review of Economics & Finance*, v. 78, p. 153-176, 2022.

JINGKUN, Zhou; BAOCHUN, Yu. Research on Management Process System of Environmental Performances of Leaders of County and Municipal Party Committees and Governments Based on the Plan of Poyang Lake Eco-economic Area. *Energy Procedia*, v. 5, p. 862-866, 2011.

KNUTSEN, Oddbjørn. Value orientations, political conflicts and left-right identification: A comparative study. *European journal of political research*, v. 28, n. 1, p. 63-93, 1995.

KRUGMAN, Paul. What happened to Asia. In: *Global competition and integration*. Springer, Boston, MA, 1999. p. 315-327.

Economia [Proceedings of the 44th Brazilian Economics Meeting]. ANPEC- Associação Nacional dos Centros de Pós Graduação o em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2018.

NEDER, Henrique Dantas; RIBEIRO, Rosana. Os efeitos distributivos do salário mínimo no mercado de trabalho brasileiro no período 2002-2008: enfoque a partir de distribuições contrafactuais. 2010.

OLSON, Mancur. Distinguished lecture on economics in government: big bills left on the sidewalk: why some nations are rich, and others poor. *Journal of economic perspectives*, v. 10, n. 2, p. 3-24, 1996.

PECKHAM, Robert. Economies of contagion: financial crisis and pandemic. *Economy and Society*, v. 42, n. 2, p. 226-248, 2013.

PERO, Valéria et al. A queda da pobreza no Brasil: Mudanças no perfil e nos determinantes na entrada do 2º milênio. 43 Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2015.

REBELO, Jorge M. et al. How to decrease freight logistics costs in Brazil. 2012.

ROCHA, Diones Gomes; MARCELINO, Gileno Fernandes; SANTANA, Cláudio Moreira. Orçamento público no Brasil: a utilização do crédito extraordinário como mecanismo de adequação da execução orçamentária brasileira. *Revista de Administração*, v. 48, n. 4, p. 813-827, 2013.

SINGER, A. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. Companhia das Letras. São Paulo, 2012.

SHIRAZI, Nasim Shah; MANAP, Turkhan Ali Abdul. Export-led growth hypothesis: Further econometric evidence from South Asia. *The Developing Economies*, v. 43, n. 4, p. 472-488, 2005.

SOARES, Sergei. A desigualdade de renda de 1995 a 2009 e tendências recentes. *Texto para Discussão*, n. 051, 2011.

STRAUB, Stéphane. Infrastructure and growth in developing countries: recent advances and research challenges. *World Bank policy research working paper*, n. 4460, 2008.

TAYLOR, M. Scott. Unbundling the pollution haven hypothesis. *Advances in Economic Analysis & Policy*, v. 4, n. 2, 2005.

VARGAS, Juliano; DE OLIVEIRA, Marcus Elany Gomes. Crise econômico-financeira mundial de 2008: contexto e efeitos sobre o setor da construção civil no Brasil

ZHANG, Dayong; HU, Min; JI, Qiang. Financial markets under the global pandemic of COVID-19. *Finance research letters*, v. 36, p. 101528, 2020.

ZINGALES, Luigi. *A capitalism for the people: Recapturing the lost genius of American prosperity*. Basic books, 2014.